

A. I. N° - 206894.0106/05-1
AUTUADO - MOVITEC EQUIPAMENTOS INDUSTRIAIS
AUTUANTE - ANTONIO ARAÚJO AGUIAR
ORIGEM - IFMT-DAT/METRO
INTERNET - 08.02.2006

4ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL

ACÓRDÃO JJF N° 0016-04/06

EMENTA: ICMS. INSCRIÇÃO CADASTRAL. OPERAÇÃO INTERESTADUAL COM MERCADORIA DESTINADA À CONTRIBUINTE COM INSCRIÇÃO ESTADUAL CANCELADA. EXIGÊNCIA DO IMPOSTO. Infração descaracterizada. Auto de Infração **IMPROCEDENTE**. Decisão unânime.

RELATÓRIO

O Auto de Infração, lavrado em 05/09/2005, exige ICMS no valor de R\$ 1.674,36 e multa de 60%, em razão da falta de recolhimento do ICMS na primeira repartição fazendária da fronteira ou do percurso, sobre mercadorias adquiridas para comercialização, procedentes de outra unidade da Federação, por contribuinte com a inscrição estadual suspensa, cancelada, em processo de baixa, baixada ou anulada.

O autuado, através de advogado, ingressa com defesa às fls. 41 a 45, na qual tece os seguintes argumentos:

Alega que a Secretaria da Fazenda cometera um equívoco, ao cancelar sua inscrição estadual, uma vez que foram, devida e tempestivamente, apresentados todos os documentos solicitados por aquele órgão estadual, em ocasião da “intimação para cancelamento” que a empresa recebera no dia 15 de agosto de 2005, além de o respectivo processo de formalização de nº 148205/2005-7 ter sido deferido, conforme documentação em anexo. Em síntese, assevera que o Auto de Infração em tela fora lavrado com base em informação errônea.

Ante o exposto, requer seja o presente Auto de Infração cancelado, bem como a anulação do Termo de Fiel Depositário, a que fora obrigado a solicitar no momento da autuação, e a liberação da nota fiscal original retida.

O autuante presta informação fiscal às fls. 63, e diante dos documentos apresentados, fls 47 e 48, que comprovam que o contribuinte atendeu regularmente à intimação para efetivar a reativação de sua inscrição cadastral, recomendou o arquivamento do presente processo.

VOTO

Procedendo à análise dos documentos constantes dos autos, verifico que o cancelamento da empresa autuada ocorreu de forma irregular, pela inspetoria fazendária, pois em 03/08/2005, passou para a condição de “intimado para cancelamento, sendo que a intimação de fato, ocorreu em 15/08/2005, com o prazo de 30 dias para apresentação de documentos, visando evitar o cancelamento da inscrição.

Com a ciência, a empresa apresentou-se na repartição, Processo nº 148205/2005-7, para regularizar sua situação cadastral, conforme documento de fls. 47 e 48.

Outrossim, consta ainda que o requerimento de reativação/reinclusão nº 14820520057, referente à inscrição estadual 56942572 foi deferido em 09/09/2005, conforme mensagem de fl. 49, mas por erro da repartição fazendária, sua inscrição foi cancelada em 30/08/05, quando ainda estava no período de intimação para cancelamento.

Comprovado que houve falha no procedimento adotado pela inspetoria, voto pela IMPROCEDÊNCIA do Auto de Infração.

RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 4ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, julgar **IMPROCEDENTE** o Auto de Infração nº **206894.0106/05-1**, lavrado contra **MOVITEC EQUIPAMENTOS INDUSTRIAIS**.

Sala das Sessões do CONSEF, 31 de janeiro de 2006

ANTONIO CESAR DANTAS DE OLIVEIRA - PRESIDENTE

TERESA CRISTINA DIAS CARVALHO - RELATORA

MARCO AURÉLIO ANDRADE SOUZA - JULGADOR